

A PRODUÇÃO DA CIDADE E A QUESTÃO AMBIENTAL

Cristiane Barbosa RAMALHO*

O texto que apresentamos visa contextualizar teórico-conceitualmente dois importantes temas trabalhados na ciência geográfica – A produção da cidade e a questão ambiental - suas vinculações estão expressas no cotidiano, pois as relações existentes entre homem-natureza estão materializadas nas ações socialmente construídas, criando e recriando num movimento contraditório alterações no espaço geográfico, configurando o ordenamento territorial que compreendemos como formas concretas das ações humanas.

Dessa maneira, o espaço é história, e a cidade é o resultado cumulativo de todas as outras cidades, transformadas, destruídas, reconstruídas, ou seja, produzidas pelas transformações sociais ocorridas no tempo (Spósito, 1991). A urbanização é o processo e as cidades, forma concretizada que travam relações sociais, políticas, econômicas, culturais.

Para compreendermos o processo de origem das cidades, Carlos, 1992, afirma a existência de seis elementos, a saber: divisão do trabalho; divisão das sociedades em classes; acumulação tecnológica; sistematização de comunicação e concentração espacial das atividades não agrícolas. Assim, as primeiras cidades surgiram acerca de 5.500 anos, sendo pequenas e rodeadas por uma maioria substancial de pessoas do campo; e facilmente regrediam à condição de vilas. Vários são os estágios para a compreensão da origem e relações estabelecidas nas cidades. Não nos ateremos a explicitar essas questões neste texto, dando ressalva ao fato de que a cidade industrial tornou-se a forma urbana dominante, ocupando o lugar da cidade pré-industrial que foi a primeira criação urbana do homem.

Com o capitalismo, a cidade assumiu uma capacidade de produção que a diferenciava do processo de urbanização ocorrido na Antiguidade. Amplia-se o espaço político-administrativo, a dominação e gestão do modo de produção; tem-se o lugar da produção de mercadorias.

Outro ponto a ser ressaltado é o desenvolvimento da especialização funcional e, portanto, da divisão social do trabalho que se deu nas cidades mercantis; num primeiro momento por meio da organização da produção artesanal nas corporações e, num segundo momento, com desenvolvimento da manufatura. Assim, as cidades europeias modernas eram as manifestações destas transformações que estavam ocorrendo no processo produtivo, para atender aos interesses de maior acumulação de capital. Dessa forma, o que se observa a partir do século XV é a exportação do modelo urbano europeu, aquele das cidades suporte para o desenvolvimento capitalista.

Retomando a questão, entendemos o processo de urbanização não apenas como o aumento significativo de pessoas vivendo nas cidades, mas também as relações entre o espaço construído e as transformações estruturais de uma sociedade. A cidade apresenta-se como um fenômeno concentrado e contraditório, fundamentado numa complexa divisão espacial do trabalho, onde o processo de produção é norteado pelo trabalho assalariado, pela socialização do trabalho, pela concentração dos meios de produção e pela apropriação privada.

Logo, o entendimento da cidade deve ser feito tendo como pano de fundo a sociedade urbana em processo de constituição, portanto em movimento. Significa na perspectiva geográfica, pensar a cidade a partir da espacialidade das relações em sua natureza social e histórica. E, é a partir desta espacialidade que se configuram as articulações produzidas pelos

* Mestranda no curso de pós-graduação em geografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP - Presidente Prudente – SP – Brasil.

homens, desenvolvendo-se os espaços de luta; manifestações concretas das desigualdades visíveis de uma cidade que cresce passando por cima de contrastes como a segregação espacial/social. O processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada para consumidores privados; a cidade aparece como um produto apropriado de forma diferenciada pelos indivíduos. Assim sendo, o solo urbano é disputado por inúmeros usos, pautado pelas regras do jogo capitalista (Singer, 1980) que se fundamenta na propriedade privada do solo, proporcionando renda.

Neste contexto, Corrêa, 1989, coloca que o espaço urbano capitalista é reflexo, fragmentado, articulado, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas, sendo portanto, produto social resultado de ações acumuladas através de tempos, e engendradas por agentes que produzem e consomem no espaço. Estes são sociais, sendo suas ações complexas, derivando da dinâmica de produção e dos conflitos de classe que dela emergem.

Depreende-se do que foi pontuado até o momento que, analisar o processo histórico da urbanização é analisar as sociedades humanas, é entender a cidade contextualizada historicamente. Segundo Spósito, 1991, a cidade é expressão espaço-temporal do processo de urbanização, contendo o movimento de transformação, e todas as decorrências e imposições do cotidiano.

Nesse movimento contínuo da produção da cidade a relação com o ambiente não se faz de forma harmoniosa. A questão ambiental está segundo Grossi, 1994, na "ordem do dia", ou seja, é hoje um dos temas mais importantes e que constitui preocupações que geram debates em diferentes sociedades do mundo contemporâneo, sendo uma questão que coloca-se além das barreiras nacionais e ideológicas, ou seja, quaisquer que sejam os países e suas ideologias, os problemas ambientais estarão presentes.

Natureza e meio ambiente de uma maneira geral, e as questões inerentes à degradação que sofrem e sofreram ao longo do desenvolvimento histórico da humanidade, têm sido motivo para estudos e trabalhos de inúmeros pensadores. Já na Grécia clássica, como cita Monteiro, 1981, as atividades agrícolas e a exploração da madeira de florestas naturais, despertaram a atenção de filósofos como Platão e Aristóteles. Estas atividades já representavam para o meio ambiente naquela época – século IV a C – formas de degradação, quando não eram utilizadas técnicas adequadas no sentido da conciliação entre a exploração e a dinâmica do meio ambiente, ou seja, racionalidade no uso dos recursos naturais e sustentabilidade do meio ambiente.

Nos quase 500 anos de história do Brasil, podemos considerar cinco séculos de depredação e devastação do meio ambiente. Segundo Andrade, 1993, para facilitar uma reflexão em escala nacional, pode-se catalogar este processo destrutivo em 4 grandes itens: a) destruição da vegetação natural; b) degradação das águas; c) destruição dos solos; d) degradação do homem.

Monteiro, 1981, afirma que as discussões em torno das questões ambientais ganharam espaço no país entre 1964 e 1973, pois ocorreram inúmeras degradações ao meio ambiente como o projeto Grande Carajás e da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Em 1969, o Projeto Jari além de possibilitar o acirramento dos debates em torno das questões ambientais, levanta outras questões emblemáticas, as das políticas sociais no Brasil. O que os governos militares realizaram com a concessão do Projeto Jari, foi a internacionalização dos recursos naturais de uma maneira que constringe os preceitos da soberania nacional. Oliveira, 1993, nos diz que os militares realizaram aquilo que na retórica condenam: a internacionalização dos recursos da Amazônia.

No período de 1973/1989 – período de transição política para um governo de regime civil e democrático – o movimento ambientalista começa a ganhar força, partindo para uma fase de denúncias das degradações ambientais e na busca de uma política para o meio ambiente conjuntamente com uma política educacional para o setor.

Em síntese, o crescimento econômico do Brasil durante o regime militar e nos governos da "nova república", estava fundado em um modelo econômico capitalista – pautando-se pela

integração da economia brasileira ao mercado internacional (Gonçalves, 1995), sem maiores preocupações quer sejam sociais ou com o meio ambiente.

De fato, podemos perceber que as relações que são desencadeadas, tanto na produção da cidade como com o meio ambiente, são construídas, destruídas e reconstruídas pelas formas de relação entre homem e natureza.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Manoel Correia de. **Uma geografia para o século XXI**. Recife: CEPE, 1993.
- CARLOS, Ana Fani. **A cidade**. São Paulo, Contexto, 1992.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo, Ática, 1989.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- GROSSI, Esther Pillar. Educação ambiental e construtivismo. *Ciência e Ambiente*, Santa Maria/Ijuí, n° 8, 1994.
- MONTEIRO, Carlos A. F. **A questão ambiental no Brasil: 1960/1980**. São Paulo: USP/Instituto de Geografia, 1981.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papyrus, 1993.
- SINGER, Paul. **O uso do solo urbano na economia capitalista**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n°57, 1980.
- SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1991.